



Ribeirão Preto, 12 de Janeiro de 2022.

Ofício n 004/2022

Exmo. Sr.

ALESSANDRO MARACA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Nesta

Prezado Senhor Presidente,

O **Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis**, pelo seu presidente *in fine* assinado, com fundamento na Constituição da República, artigos 7, XIII, XIV, XXII e XXXIII, 8, 37, 200 e 227 e na Lei n. 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), e no artigo 229,  4 da Constituição Estadual, com o objetivo de resguardar a saúde dos trabalhadores representados por esta entidade, em face dos novos e preocupantes casos de Covid-19 e do vírus Influenza, requer o imediato estabelecimento de diretrizes adicionais para conter o avanço desenfreado da variante micron e da gripe, com o estabelecimento de regras mais rígidas para a circulação nos próprios municipais.

 forçoso reconhecer que, mesmo diante das incertezas trazidas pela descoberta da variante micron, ainda há pessoas que se negam a receber a vacina pelas mais variadas razões, a maioria não relacionadas a restrições de ordem médica. A recalcitrância desta minoria de pessoas em relação  vacina não são pode atrasar a retomada da normalidade como também – e ainda mais grave – custar mais vidas.  por esse motivo que a adoção do “passaporte da vacina” para quem pretende transitar pelos próprios municipais ou ser atendido pelos nossos servidores e empregados públicos  um imperativo.

*Ruio
11 de Janeiro de 2022
[Assinatura]*

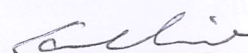


Países e governos que enfrentam a crise sanitária de forma sria e responsável têm adotado medidas que restringem a circulao de pessoas não vacinadas. Como todo governante responsável, os atuais gestores municipais têm o dever de zelar pela saúde de seus governados e dos trabalhadores do serviço público municipal, conforme o artigo 196 da Constituio, e isso inclui a imposio de sanoes administrativas a quem optar por não se vacinar.

Além de ser uma política sanitária rigorosamente sensata e cientificamente justificável, a obrigatoriedade da apresentao do comprovante de vacinao para que se possa frequentar os prrios municipais e receber atendimento presencial dos nossos trabalhadores  uma medida que se coaduna perfeitamente com as leis e a Constituio do País. Não há qualquer controvérsia jurídica em relao  legalidade do “passaporte da vacina”. No final de 2020, o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidiu que União, Estados e municípios têm autonomia para determinar a vacinao compulsória contra a covid-19.

Quando se trata de evitar a disseminao de um vírus que já causou a morte de mais de 620 mil brasileiros e diante da emergência sanitária que volta a comprometer a capacidade de atendimento do nosso sistema de saúde,  preciso adotar as soluçoes possíveis. Assim, exigir a apresentao do comprovante de vacinao daqueles para a qual a vacina contra a Covid-19 não  contraindicada para que possam circular nos prrios municipais ou receber atendimento presencial dos nossos trabalhadores públicos  uma medida razoável e eficaz que por meio deste se requer com máxima urgência.

Atenciosamente,


Valdir Avelino

Presidente